



CRONICIDADE DOS PROCESSOS DE RECONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO EM DESASTRES:

as histórias que nem todos avós poderão contar

DOI: <https://doi.org/10.35699/2316-770X.2022.39413>

ALINE SILVEIRA VIANA* VICTOR MARCHEZINI** ALICE DIANEZI GAMBARDILLA***

RESUMO Os processos de reconstrução e recuperação em desastres têm pouca visibilidade pública e as pesquisas sobre o tema ainda são escassas, sobretudo no contexto brasileiro. O objetivo deste artigo é analisar as especificidades dos idosos nos processos de reconstrução e recuperação em desastres. Para tanto, baseia-se na pesquisa bibliográfica, na pesquisa documental sobre políticas públicas de proteção e defesa civil, e em pesquisas de campo, de base qualitativa, nos desastres de São Luiz do Paraitinga (2010), Nova Friburgo (2011), Teresópolis (2011), Blumenau (2008 e 2011) e Ilhota (2008 e 2011). Os resultados indicam: a) os sentidos de afetação vivenciados pelos(as) idosos(as) no contexto de emergência e desastre; b) práticas insuficientes dos(as) gestores(as) e das políticas públicas diante dessas afetações; e, c) possíveis estratégias para aperfeiçoamento e/ou implementação de políticas públicas de reconstrução e recuperação em desastres, sobretudo a partir do Sistema Único de Assistência Social.

PALAVRAS CHAVE Afetados. Desabrigados. Calamidades. Defesa civil. Políticas públicas.

Chronicity of the reconstruction and disaster recovery processes: the stories that not all grandparents will be able to tell

ABSTRACT The processes of reconstruction and recovery in disasters have little public visibility and research on the subject is still scarce, especially in the Brazilian context. This article aims to analyze the specificities of the elderly in the processes of reconstruction and disaster recovery. The study is based on bibliographic research, documental research on public policies for civil protection and defense, and on qualitative field research on the disasters in São Luiz do Paraitinga (2010), Nova Friburgo (2011), Teresópolis (2011), Blumenau (2008 and 2011) and Ilhota (2008 and 2011). The results indicate: a) the elderly people experiences of being affected in the context of emergency and disaster; b) the insufficient practices of managers and public policies in the face of these elderly people experiences of being affected; and, c) possible strategies for improving and/or implementing public policies for reconstruction and disaster recovery, especially based on the Unified Social Assistance System.

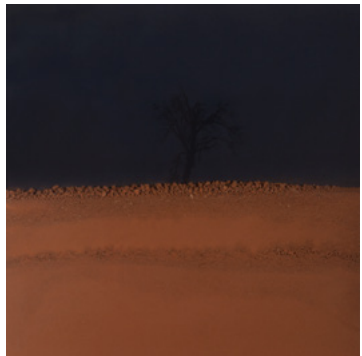
KEYWORDS Affected people. Homelessness. Calamities. Civil defense. Public policies.

* UFSCar

** Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden)

*** PUC/SP





Introdução

Você provavelmente escutou diversas histórias contadas por seus(uas) avós (ôs). Se eventualmente algum(a) deles(as) falou sobre desastres, você deve ter ouvido sobre a catástrofe de 1966 no Estado da Guanabara, quando 250 pessoas morreram em inundações e deslizamentos. Ou da catástrofe de 1967 na Serra das Araras, Rio de Janeiro, quando cerca de 1600 pessoas também faleceram em inundações e deslizamentos. Se por acaso você já visitou Caraguatatuba, no litoral paulista, talvez alguém tenha lhe contado que, também em 1967, a cidade vivenciou inundações e deslizamentos com cerca de 500 mortes:

A água caiu violentamente sobre as planícies e sobre as montanhas, empurrando um mar de lama que escorria ao encontro do oceano. Era uma massa avermelhada levando de roldão árvores, pedras, construções a qual, ao chegar à cidade, entupiu as casas, derrubou paredes e telhados, destruindo tudo à sua passagem (...) O rio Santo Antônio, que corta a cidade, segundo testemunhas, alargou-se de 40 para 200 metros (...) As pessoas eram agredidas pela lama que as sufocava, pela água que as afogava e pelos troncos e pedras que as esmagavam. Impossível dizer-se o número verdadeiro dos habitantes mortos (...) Falou-se em 500 [mortes], mas sabe-se que foram muitos, muitos mais... (SANTOS et al., 2000, p.376-377).

Talvez você não tenha avós(ôs) para te contar histórias. Mas na escola tenham te contado a história das secas (VILLA, 2000) ou mesmo você tenha lido algum livro de literatura, como o clássico “Os sertões” (CUNHA, 2019) ou o recente “Torto Arado” (VIEIRA JUNIOR, 2018).

Se você não tem o hábito de ler livros, provavelmente tenha acompanhado reportagens sobre desastres nas redes sociais, jornais eletrônicos, televisão. Algumas dessas histórias foram compartilhadas no desastre de fevereiro de 2022 em Petrópolis, região serrana do Rio de Janeiro, onde gerações de avós(ôs) e netos(as) faleceram em desastres anteriores e na tragédia anunciada que se repete mais uma vez. Em 1971, uma avó faleceu em seu domicílio decorrente de um deslizamento no bairro Cascatinha, em Petrópolis/RJ. Após a reconstrução da casa, a filha voltou a morar na localidade e quando teve um bebê deu-lhe o nome de sua mãe. Contudo, no desastre de fevereiro de 2022, a neta acabou por ter o mesmo destino da avó, morrendo em um deslizamento na região central da mesma cidade (CORREIO BRAZILIENSE, 2022). Vitimadas

nessas gerações de desastres crônicos - entre as décadas de 1970 e 2020 -, a intergeracionalidade entre os afetados em catástrofes também ocorre em um mesmo desastre. Em fevereiro de 2022, uma neta de 17 anos e a avó de 86 anos faleceram no Morro da Oficina: “A mãe dela falou para ela subir para o outro andar, mas ela não quis deixar a avozinha dela sozinha, que não andava e era acamada”, conta a madrastra da adolescente (RIANELLI, 2022, s/n).

As histórias sobre reconstrução e recuperação em desastres podem ser preenchidas por essas narrativas dos meios de comunicação da grande mídia, pela história oral dos sobreviventes que, por vezes, também criam mecanismos para registrar por escrito seus testemunhos quando seu drama não é mais utilizado como mercadoria na grande mídia. Em São Luiz do Paraitinga/SP, por exemplo, os(as) afetados (as) pela grande inundação de janeiro de 2010 ajudaram a criar o “Jornal da Reconstrução” para veicular as ações locais de recuperação. Já os (as) atingidos (as) pelo rompimento da barragem da Samarco, ocorrido em novembro de 2015 na bacia do Rio Doce, decidiram criar o jornal “A Sirene” para fazer frente à produção simbólica do desastre conduzida pelos responsáveis pela catástrofe (MILANEZ; LOSEKANN, 2016).

Processos de reconstrução e recuperação em desastres têm adquirido pouca visibilidade nos meios de comunicação. Se no momento da emergência há constantes reportagens e uma série de diferentes atores que convergem para o cenário de calamidade - alguns sobrevoando-o com helicópteros, outros oferecendo seu trabalho voluntário, outros ávidos por concorrer aos editais de serviços emergenciais com dispensa de licitação etc. - há, por sua vez, o momento em que o desastre é decretado como esquecido pela opinião pública (VALENCIO; VALENCIO, 2017). Essa lógica levou alguns autores a cunhar a expressão “abandonados nos desastres” (cf. VALENCIO et al., 2011) para se referir ao processo paulatino de desproteção social a que são lançados os sobreviventes nos desastres.

O campo de pesquisa sobre processos de reconstrução e recuperação em desastres ainda é pouco consolidado, isto é, predominam estudos esparsos motivados pela ocorrência de desastres. No contexto latino-americano destacam-se o estudo clássico do antropólogo Anthony Oliver-Smith (1994), que analisou o processo de reconstrução de Yungay, Peru, após o terremoto ocorrido na década de 1970, além de pesquisas realizadas pelo *Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social* (CIESAS) a respeito de processos de realocação habitacional em decorrência de catástrofes ocorridas no México (CORTÉS, 2009; MACÍAS, 2009). No contexto brasileiro, o campo

1 A estes se acrescentam estudos anteriores, como a tese de Mattedi (1999) sobre a enchente de 1983 em Blumenau/SC, as pesquisas da antropóloga Telma Camargo da Silva sobre o desastre do Césio-137 em Goiânia/GO, com início em 1987, e de Norma Valencio sobre o contexto nacional como um todo (VALENCIO, 2012).

de estudos sobre desastres - e não especificamente sobre processos de reconstrução e recuperação - foi catalisado pela ocorrência de catástrofes recentes¹, tal como a ocorrida no Vale do Itajaí/SC em 2008 (SIENA, 2012; SILVA, 2013), São Luiz do Paraitinga/SP em 2010 (SARTORI, 2016; SANTOS, 2015; SANTOS, 2016), Região Serrana do Rio de Janeiro em 2011 (VARGAS, 2013; VIANA, 2019, VIANA, 2020), rompimento da barragem da Samarco em 2015 (ZHOURI et al., 2016; MILANEZ; LOSEKANN, 2016). Entretanto, no Brasil ainda são escassos os estudos sobre processos de reconstrução e recuperação em desastres, sobretudo aqueles direcionados a reconhecer as especificidades dos diferentes grupos sociais atingidos.

O objetivo deste artigo é analisar as especificidades dos idosos nos processos de reconstrução e recuperação em desastres. Para tanto, baseia-se na revisão do estado da arte sobre o tema, na pesquisa documental sobre políticas públicas de proteção e defesa civil voltadas aos idosos e à temática de reconstrução e recuperação, assim como na pesquisa de campo, de base qualitativa, nos desastres ocorridos em São Luiz do Paraitinga/SP (2010), Nova Friburgo/RJ (2011), Teresópolis (2011), Blumenau/SC (2008) e Ilhota/SC (2008).

A utilização desses estudos de caso visa fornecer categorias analíticas aos sentidos dos processos de recuperação e reconstrução em desastres, entendidos sob o ponto de vista da cronicidade, isto é, como condições não-curáveis, com sintomas contínuos que interferem na vida dos afetados e que são dependentes de situações sociais e culturais em que também se incluem as organizações que prestam serviços assistenciais e de saúde (CASTELLANOS et al., 2015). Para tanto debruça-se sobre três aspectos: a) os sentidos de afetação vivenciados pelos(as) idosos (as) no contexto de emergência e desastre; b) práticas insuficientes dos(as) gestores (as) e das políticas públicas diante dessas afetações; e, c) possíveis estratégias para aperfeiçoamento e/ou implementação de políticas públicas de reconstrução e recuperação em desastres, sobretudo com contribuições do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e recomendação de estudos científicos para suprir outras lacunas do conhecimento.

Políticas públicas de reconstrução e recuperação em desastres

Um dos primeiros cientistas a analisar os processos de reconstrução e recuperação em desastres foi o sociólogo Samuel Henry Prince, que em 1920 publicou sua tese sobre as mudanças sociais catalisadas após a explosão de um navio na cidade de Halifax,

no Canadá. O foco na análise das mudanças sociais também foi tema de pesquisa de doutorado do sociólogo russo Pitirim Sorokin que, em 1942, publicou o livro *Man and Society in Calamity*. No livro, o autor destaca as mudanças culturais, sociais, políticas, econômicas, religiosas, científicas etc. ocorridas em períodos de guerra, fome, epidemias e outras calamidades. Um dos pontos principais da tese de Sorokin é demonstrar como os comportamentos e as respostas sociais nas calamidades são diversos, gerando impactos não só negativos como também positivos. Para o autor, as catástrofes são as grandes educadoras da humanidade.

É justamente no contexto das guerras, mais especificamente da Segunda Guerra Mundial, que são criados os serviços de defesa civil, à época nominados como defesa passiva antiaérea, a fim de proteger os civis dos bombardeios aéreos. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, alguns desses serviços são extintos, vindo a serem recriados por conta de desastres associados às inundações, furacões, secas, deslizamentos etc. No caso brasileiro, por exemplo, as inundações no Estado da Guanabara, em 1966, catalisaram a criação da primeira defesa civil estadual do país. Atualmente, esses serviços são chamados de “proteção e defesa civil” e estão organizados sob a forma de um Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC) - que ainda não criou mecanismos para financiar as ações dos órgãos estaduais e municipais de proteção e defesa civil, a fim de seguir o que é orientado pela Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), promulgada pela Lei 12.608/2012. Ou seja, o SINPDEC ainda não dispõe da mesma capilaridade no território e estratégias de implementação de sua política pública, a exemplo do que ocorre no Sistema Único de Saúde (SUS) e Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

A PNPDEC possui 15 objetivos, que se referem às ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação (que inclui a reconstrução). Importante destacar que a PNPDEC menciona a palavra “recuperação” nove vezes. Essas menções aparecem majoritariamente vinculadas à temática de transferência de recursos financeiros em localidades atingidas por desastres, que tenham sido reconhecidas as portarias de declaração de Situação de Emergência (S.E.) ou Estado de Calamidade Pública (E.C.P.). Isto é, o conteúdo discursivo do que se fala sobre recuperação e reconstrução, no âmbito da PNPDEC, resume-se à transferência de recursos financeiros.

Enquanto a reconstrução se refere aos elementos materiais, como moradias, edificações, infraestrutura etc., a recuperação engloba não só os danos materiais como

também os danos imateriais sofridos pelos atingidos em desastres. Isto é, o desastre é um fenômeno sociocultural, que ocorre em um tempo social, não gerenciável por sistemas tecnocráticos (VALENCIO et al., 2011).

Valencio e colaboradores (2011) indicaram vários desafios nos processos de reconstrução e recuperação em desastres, a partir da revisita a cenários de desastres em Jaboatão dos Guararapes/PE (2005), Ilhota/SC (2008), Barreiros/PE (2010), União dos Palmares/AL (2010), Petrópolis/RJ (2011) e Teresópolis/RJ (2011), com a realização de 75 entrevistas. Dentre as conclusões do estudo destacam-se: i) a incerteza em relação ao futuro por parte dos atingidos em desastres; ii) a descrença no poder público em relação às políticas de reconstrução e recuperação; iii) o silêncio provocado pela desilusão com as promessas não cumpridas pelo ente público; iv) a ausência de informação consistente sobre o retorno ou não às suas moradias, sobre a existência ou não de riscos remanescentes, sobretudo de deslizamentos; v) a desassistência social paulatina, com o término da visibilidade nos meios de comunicação e as ações de solidariedade; vi) a invisibilidade social quando seus dramas não entram mais na pauta das notícias; vii) as manifestações de hostilidades contra si e seus familiares, sobretudo quando utilizam espaços públicos reivindicados pela comunidade não impactada, a exemplo das chamadas escolas-abrigo; viii) os assédios de toda a ordem, seja pelos meios de comunicação, ou pelos inúmeros cadastros a serem preenchidos; ix) a privação de espaço e de recursos materiais para a afirmação da individualidade bem como na garantia do bem-estar e da coesão familiar; e, x) falta de solução habitacional.

Apesar de retratar as dimensões materiais e imateriais vivenciados pelos abandonados nos desastres, assim como as práticas insuficientes dos gestores públicos e outros atores, o referido estudo sobre os abandonados nos desastres (VALENCIO et al., 2011) não tratou das especificidades de todos os grupos sociais, geralmente mais vulnerabilizados em contextos de desastres, tais como os (as) idosos (as). Em relação a este grupo, a PNPDEC só os menciona única vez, ao se referir às finalidades do Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil (CONPDEC), um órgão colegiado que tem cinco finalidades, dentre as quais: “IV - propor procedimentos para atendimento a crianças, adolescentes, gestantes, idosos e pessoas com deficiência em situação de desastre, observada a legislação aplicável”. Há, dessa forma, uma invisibilidade sobre as especificidades dos idosos nos processos de reconstrução e recuperação em desastres. A seção seguinte abordará a temática no âmbito dos estudos sobre desastres.

Os sentidos de afetação dos idosos em desastres

Atualmente dispomos de poucos estudos nacionais sobre a temática. No Brasil, entre os anos de 2009 e 2011, foram identificados 47.113 registros envolvendo idosos em desastres, para uma amostra de 22 municípios (AUTOR et al., 2014). Desse universo, 40.591 (86,16%) correspondem a idosos afetados (sem detalhamento do tipo de afetação), 4.783 (10,15%) na condição de enfermos, 1.010 (2,14%) como desalojados - isto é, na casa de parentes ou amigos -, 487 (1,03%) deslocados, 238 (0,51%) desabrigados - em abrigos temporários - e quatro (0,01%) mortos. Esses dados chamam a atenção pela quantidade de idosos afetados em um curto período de tempo e, ao mesmo tempo, pela defasagem de informação que temos, com a não continuidade de estudos dessa natureza. À limitação e subestimação dos registros, é necessário associar outras fontes de informação para se aproximar do número real de idosos afetados nos desastres. Nos cinco municípios estudados (Tabela 1), é possível identificar a quantidade geral de afetados em desastres, assim como a do subgrupo “idosos”, considerando a condição de desalojados, desabrigados, desaparecidos etc., a partir de informações do formulário de Avaliação de Danos (Avadan), adotado à época pelo SINPDEC, e ainda disponíveis no Sistema de Informações sobre Desastres (S2ID).

Os cinco municípios selecionados para o estudo fazem parte da lista dos 821 municípios prioritários para a gestão de riscos no país², no entanto, mesmo com a associação de diferentes fontes de informação, há falta de dados para diferentes tipos de afetação. Para os municípios afetados em 2011, Teresópolis/RJ e Nova Friburgo/RJ, os dados não estão minimamente disponíveis nos relatórios de avaliações de danos do S2ID.

² Para consultar a lista completa, acesse: https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/emendasparlamentares/PUBL_relatorios_004_821_municipios_prioritarios.pdf

Tipo de afetação	Nova Friburgo/RJ		Teresópolis/RJ		Blumenau/SC		Ilhota/SC		São Luiz do Paraitinga/SP	
	Geral	Idosos	Geral	Idosos	Geral	Idosos	Geral	Idosos	Geral	Idosos
Desalojados	4.528	--	9.110	--	25.000	--	3.500	300	4.030	508
Desabrigados	789	--	6.727	--	5.209	667	1.300	240	93	8
Deslocados	---	---	--	--	0	0	3.500	300	16	16
Desaparecidos – Avadan	--	--	--	--	--	6	18	2	0	0
Desaparecidos - Ministério Público	274	1	295	7	--	--	--	--		
Levemente feridos	--	--	--	--	2311	163	50	3	0	0
Gravemente feridos	--	--	--	--	72	8	17	1	0	0
Enfermos	--	--	--	--	480	16	41	16	0	0
Mortos	429	--	392	--	24	--	26	1	0	0
Afetados em geral	5.746	--	16.229	--	103.000	--	3.500	300	11000	1172

Tabela 1 - Tipos de afetação nos desastres nos cinco municípios estudados, para população em geral e pessoas com 65 anos ou mais. Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Proteção e Defesa Civil do Estado do Rio de Janeiro obtidos por Freitas et al. (2012); Avadans da Proteção e Defesa Civil de Santa Catarina e São Luiz do Paraitinga/SP disponíveis no S2ID; e número de desaparecidos pelo Ministério Público do Rio de Janeiro.

Se por um lado há falta de dado oficial, do outro, há questionamento sobre a aproximação destes com o número real. Em imersão em campo em Teresópolis/RJ, nos anos de 2013, 2014 e 2015, o relato dos idosos que sobreviveram foi crítico em relação à subestimação da mortalidade, do cômputo de desaparecidos e registro de adoecimento da população local frente ao desastre. O mesmo foi visto em Ilhota/SC, Blumenau/SC, Nova Friburgo/RJ e Teresópolis/RJ (retornando em 2018), com relação aos

dados de saúde mental. Os entrevistados alertavam para a existência de subnotificação de óbitos autoprovocados e de adoecimento por transtornos mentais e comportamentais relacionados aos desastres, mesmo vivenciando em suas práticas profissionais o aumento desses casos.

Nos municípios estudados, há concentração de idosos superior à média nacional (10,62%). Em São Luiz do Paraitinga/SP, 18,96% da população é idosa, em Nova Friburgo/RJ 14,29% e, em Teresópolis/RJ, 13,18% (Gráfico 1). Porém, a proporção de pobres nesses municípios, uma camada a mais de interseccionalidade, desafia os(as) idosos(as) pobres a se recuperarem dos desastres com recursos próprios ou de sua rede informal. Embora as transferências de recursos entre os entes federativos sejam importantes para o contexto de desastres, como discutiremos a seguir, precisamos ir além dessa abordagem, visto a cronicidade dos desastres vivenciados e das recorrentes perdas nesses municípios.

No âmbito do SUAS, pobres são considerados aqueles com renda familiar per capita mensal de até R\$140,00 e os extremamente pobres incluem os agrupamentos familiares com até R\$89,00 per capita mensal. Essa classificação interfere na oferta de serviços e benefícios da Assistência Social, sobretudo porque o acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) é ofertado apenas sob critérios de renda (até ¼ de salário-mínimo per capita para acesso ao benefício³ a idosos com 65 anos e mais).

Blumenau/SC, município com a menor proporção de pobres e extremamente pobres (8,47%), também é o com menor proporção de idosos recebendo o BPC (2,37%), o que indica uma medida de isonomia na focalização do programa (Gráfico 1). São Luiz do Paraitinga/SP demonstra percentuais de pobreza e de idosos, mais próximos à média nacional e com excelente cobertura e acesso ao BPC, superior à média nacional (9,88%) e a de todos os municípios do estudo, com 15,15% dos idosos beneficiados. Entre os municípios que indicam maior desigualdade pela métrica adotada, incluem-se Nova Friburgo/RJ (4,46% em uma população de 20,13% de pobres e extremamente pobres) e Teresópolis/RJ (6,85% em uma população de 25,64% de pobres e extremamente pobres).

3 O Benefício de Prestação Continuada (BPC) foi instituído pela Lei Orgânica da Assistência Social (Lei n. 8.742/93), e não extinguiu a Renda Mensal Vitalícia (RMV) ainda em operação, mas com um pequeno passivo. Ambos os benefícios são ofertados nos mesmos moldes e critérios; para a finalidade deste estudo, foram somados os números absolutos de BPC e RMV ofertados nos municípios em janeiro de 2022.

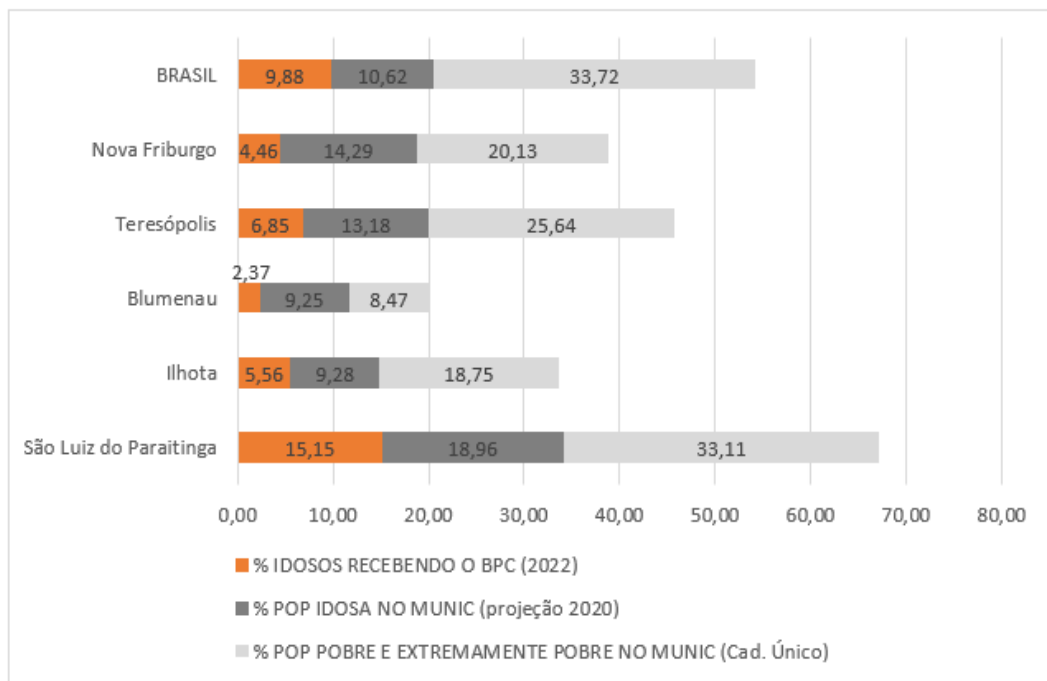


Gráfico 1 – Percentual da população pobre e extremamente pobre, população idosa (com 60 anos e mais) residente e com acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC). Fonte: Censo/IBGE (2010); MC/SAGI, 2022. Elaboração própria.

Idosos afetados em desastres muitas vezes acabam por depender das redes informais para enfrentarem e reconstruírem suas vidas, deparando-se com a indisponibilidade de redes formais organizadas e acessíveis. Como nos mostra Costa et al. (2012), embora as redes de apoio dos idosos fossem numerosas, poucos membros exerciam a função de dar e receber apoio. E, para a fase de resposta a desastres, apenas pessoas próximas da família e vizinhança foram citadas como os membros a darem suporte em caso de inundação, semelhante ao observado na literatura internacional (LOKE; LAI; FUNG, 2012). A literatura e os achados em nossas inserções de campo, nos fazem questionar como os serviços públicos brasileiros estão se articulando para dar suporte social nos desastres, visto que em dois estudos anteriores, em São Carlos/SP e Teresópolis/RJ, estes não foram sequer reconhecidos pelos idosos enquanto rede de apoio (COSTA et al., 2012; AUTOR, 2020).

Em São Luiz do Paraitinga/SP, no ano de 2010, evidenciou-se um quadro de injustiça social decorrente do desastre, pois os idosos afirmaram “acostumar-se” com

as perdas recorrentes em caso de inundação e com a falta de suporte social formal adequado para a recuperação (SARTORI, 2014). Contudo, mesmo incorporando a injustiça social, estes não deixaram de sofrer nos abrigos temporários, nas casas de amigos e parente ou ainda enquanto isolados, à espera de ajuda, como relataram alguns entrevistados: “[...] “nossa, a gente sofreu muito” (SARTORI, 2014, p.146). Num primeiro momento, as pessoas ficaram isoladas até que chegasse ajuda. Sendo assim, permaneceram sem comida, sem água, sem conseguir tomar banho, ou trocar de roupa (SARTORI, 2014).

O cenário reportado pela literatura nacional e internacional (LOKE; LAI; FUNG, 2012; DOSTAL, 2015) não dista do observado em inserção em campo junto a três secretarias municipais de Ilhota/SC, Blumenau/SC, Nova Friburgo/RJ e Teresópolis/RJ. Nesta inserção observou-se falta de articulação dos serviços, desde a prevenção à reconstrução, para atendimento dos idosos no contexto de desastres. Como relataram os entrevistados, há muito improvisado das ações, mesmo quando há planos escritos, os quais não chegam a ser simulados, revisados ou implementados de modo sistemático junto à população. Os processos de recuperação, além de não incluírem o grupo idoso, ainda negligenciam uma variável importante que é a de gênero.

A intersecção com outros fatores sociais pode aumentar a vulnerabilidade de um dado grupo social, em virtude da maneira como as sociedades lhe criam barreiras adicionais à proteção social e prevenção de desastres. Nos municípios de grande porte aqui estudados (Teresópolis, Nova Friburgo e Blumenau), as mulheres são quase 60% da população idosa (IBGE, 2010). Nos desastres, a discussão de gênero é fundamental, pois nesse grupo se reforça um processo de desigualdade de oferta de cuidado, de proteção e de meios de participação social na fase de reconstrução no ciclo dos desastres (ONU, 2018).

A associação entre dimensões de gênero e etária pode ser um fator dificultador aos processos de reconstrução e recuperação, sobretudo quando as políticas públicas não criam mecanismos para reduzir algumas dessas vulnerabilidades prévias aos desastres, tal como a violência doméstica. Nos abrigos temporários em Ilhota/SC, por exemplo, as rotinas de preparação dos alimentos eram gerenciadas por voluntários, que não tinham consultado se os (as) desabrigados (as) gostariam de participar dessas atividades. As instalações do abrigo Capela Cristo Rei também não garantiam qualquer privacidade mínima às famílias que ali estavam, de modo que todos dividiram

um mesmo espaço de um salão paroquial, com os colchões colocados no chão de cimento, além das 100 pessoas que ali estavam terem de se revezar em dois banheiros.

Já em São Luiz do Paraitinga/SP, cada família foi abrigada em quartos de pousadas e hotéis, embora outros desafios tenham se verificado no processo de reconstrução e recuperação, tal como os(as) idosos(as) que residiam em um asilo que foi atingido pela inundação. Cada qual foi encaminhado para asilos no município vizinho de Taubaté/SP, de modo que muitos perderam os vínculos de amizade que existiam no asilo em São Luiz do Paraitinga/SP. Nesse processo de evacuação e transferência dos idosos, também estudado por Sartori (2014), notou-se sofrimento aos idosos e despreparo da instituição e do município em auxiliar os idosos institucionalizados durante e após a crise aguda.

Em Teresópolis/RJ, na primeira inserção em campo em 2013, os idosos sofriam com a indenização pela perda da moradia, a preços baixos, e com auxílio aluguel descontínuo, com falta de espaços de escuta das necessidades objetivas e subjetivas que estes e seus familiares enfrentavam. Em 2014, os idosos ainda sofriam com a não entrega do conjunto habitacional e falta de alternativas de moradia, com a suspensão da indenização e compra assistida, bem como falta de informações oficiais e alertas de desastres tardios. Em 2015, persistia a não entrega do conjunto habitacional aos afetados, os quais relatavam sentir abandono do ente público, angústia, incerteza quanto ao futuro e indignação. A desassistência biopsicossocial aos idosos afetados perdurou de 2013 até 2015. Nesse intervalo ações pontuais foram realizadas. Na última inserção em campo, em 2018, o conjunto habitacional já havia sido entregue, porém problemas sociais começaram a emergir com a falta de planejamento e com a grande sobrecarga gerada ao sistema de assistência social. Uma situação observada não somente em Teresópolis/RJ, mas com as primeiras entregas de moradia em Blumenau/SC e com os conjuntos atuais em Nova Friburgo/RJ. Como relata um(a) dos(as) entrevistados(as):

Foi criado um condomínio [...] onde foram colocadas famílias referenciadas em todos os bairros. É um espaço onde tem-se uma cultura e foram colocadas famílias de outras culturas, outros valores [...]. Teve um aumento nos casos de violência, casos de crianças sendo acompanhadas pelo conselho tutelar. Hoje nós temos, o que não tínhamos antes, 10.000 famílias referenciadas em um mesmo CRAS. [Entrevistado(a) S14].

Em São Luiz do Paraitinga/SP, outro aspecto que chamou a atenção foi a variedade dos danos privados e públicos, e como ambos são importantes para o processo de reconstrução e recuperação, sobretudo por parte dos(as) idosos(as) que dependiam dos espaços de socialização, tais como igrejas, praças, salões paroquiais etc. No caso de São Luiz, muitas idosas eram voluntárias na Igreja Matriz que ruiu durante a inundação de janeiro de 2010 e demorou mais de três anos para ser reconstruída. Embora tenham sido improvisados espaços para realização desses ritos religiosos, muitos relataram processos de adoecimento mais acelerados, porque temiam que a cidade nunca seria reconstruída tal como era. Esses exemplos nos ilustram como as ações de proteção social não podem se restringir à transferência de benefícios, mas requerem uma abordagem mais holística, que considere os sentidos materiais e imateriais da reconstrução e recuperação em desastres, nos espaços privados e públicos, urbanos e rurais.

Práticas e políticas públicas insuficientes: idosos em cenários de reconstrução e recuperação em desastres

Nesta seção, os resultados de levantamento de dados provenientes das bases do Sistema Nacional de Assistência Social (SUAS), e das pesquisas de campo, nos levam a refletir sobre as insuficiências das práticas dos(as) gestores(as) e das políticas públicas diante dessas afetações. Tais análises nos ajudam a perceber os processos de recuperação e reconstrução que temos em curso nessas localidades para o segmento idoso, que também refletem as ausências das esferas estaduais e nacionais no território.

A insuficiência de proteção ao segmento institucionalizado nos desastres é visível, como pontuado na seção anterior, tanto em 2010 em São Luiz do Paraitinga/SP quanto mais recentemente em Nova Friburgo/RJ, Teresópolis/RJ e Blumenau/SC, em entrevista a gestores públicos. Ao serem questionados sobre como estavam trabalhando a gestão de riscos e desastres junto às instituições de longa permanência para idosos (ILPIs), todos os entrevistados relataram não haver iniciativas, inclusive o tema foi visto com surpresa e novidade para a maioria dos entrevistados, como neste relato:

Pra ser honesto(a) eu nunca tinha pensado nisso [sobre preparação em caso de ILPI]. [...] Hoje a gente não tem um abrigo pra essas pessoas [idosos institucionalizados] em casos de alagamentos... quando acontece uma emergência é feito no improviso [Entrevistado(a) S18].

Como se destacou nas entrevistas, as principais dificuldades no cotidiano das secretarias de saúde e assistência social, em quatro dos municípios estudados, eram em articular a rede de cuidado ao idoso, articular a comunicação e ações entre as secretarias e fazer o referenciamento do idoso no território. Com as emergências e calamidades públicas, o cenário se agrava, pois as ações públicas das secretarias são improvisadas, sem embasamento técnico ou científico, reverberando nas ações de recuperação e reconstrução propostas.

Um agravante para a precarização dos afetados durante a fase de recuperação é o desconhecimento, por parte dos gestores, das necessidades sociais dos idosos afetados nos municípios. Nas entrevistas, um(a) secretário(a) da pasta da Assistência Social relatou desconhecer as e outro(a), da Saúde, relatou não ter condições de responder por estar de modo interino (provisório) na pasta. Em outros dois casos, os(as) secretários(as) interinos(as) respondiam simultaneamente por outra secretaria no município. Nesses casos os secretários não tinham proximidade com o tema e acabavam indicando outros profissionais com mais tempo na secretaria. Para se ter uma perspectiva do problema, na fase de agendamentos das entrevistas, que durou cerca de cinco meses, identificou-se, em alguns municípios, ao menos três alterações de cargos nas secretarias de defesa civil, assistência social ou saúde. Isto é, um indicativo da vulnerabilidade institucional (VIANA 2019).

As mudanças frequentes de gestores na defesa civil, não é algo exclusivo de parte dos municípios estudados. Como mostrou o Diagnóstico de capacidades e necessidades municipais⁴ em proteção e defesa civil, 43% dos 1993 representantes deste setor estavam há menos de um ano na função atual e 37% de um a cinco anos. Com relação à experiência em defesa civil, 31% tinham menos de um ano. E, um dado também constatado nas inserções em campo, foi a falta de recursos humanos. Como aponta o diagnóstico, 59% dos municípios dispunham apenas de uma a duas pessoas na equipe de defesa civil (BRASIL, 2021).

Conhecer os problemas sociais, ambientais e de saúde relacionados aos desastres é importante para ajudar os idosos, familiares e comunidades no processo de recuperação em desastres. Promover a proteção social e o cuidado à saúde no longo prazo, por exemplo, auxilia estes frente a situações disruptivas, como as relatadas pelos conselhos municipais da pessoa idosa:

⁴ Diagnóstico conduzido pelo Projeto ELOS, desenvolvido por meio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com execução nacional da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (SEDEC). A sua implementação foi realizada pelo Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden).

[houve] aumento significativo de casos de suicídio entre idosos, violência contra o idoso... Porque antes alguns idosos trabalhavam no campo, agora eles têm que conviver com pessoas que trabalhavam em fábricas ou não trabalhavam, um território dominado pelo tráfico de drogas também. Então tem suicídio, violência, abandono, famílias que resolveram sair do município e deixaram seus idosos. Teve um aumento significativo das institucionalizações. Tem sim uma demanda significativa da faixa etária de mais de 70 anos. Porque muitos idosos com 60-70 anos ainda são muito ativos, com 70 anos hoje eles são acometidos por inúmeras questões psicológicas, transtornos... [Entrevistado(a) S14].

Soma-se a esses cenários e às dificuldades de informação sobre as reais demandas dos idosos - principalmente de secretarias não ligadas à Defesa Civil -, a concepção que um novo desastre levaria várias décadas para ocorrer. Fato a contribuir para o despreparo das secretarias de saúde e assistência social em alguns municípios nas situações de desastre, pois se veem em uma posição que negam a possibilidade de uma crise iminente. Como relatou um dos entrevistados no ano de 2018:

[...]vai continuar chovendo, vai continuar tendo queda de barreira, e isso vai acontecer, só que não daquela proporção. Aquilo foi uma coisa, que se for se repetir, Deus queira que não, daqui uns 100 anos... [Entrevistado(a) S5; grifo nosso].

O município está preparado documentalmente, agora com a estratégia decoradinha, o protocolo de enfrentamento com as equipes não existe. [...] Não sei se é coisa do brasileiro e aqui não é diferente, de que depois que passa esquece. E trabalha muito com a ideia, foi plantada na época a informação de que a próxima catástrofe se daria provavelmente daqui 50, 60 anos. Isso não existe! [Entrevistado(a) S14; grifo nosso]

Portanto, a reconstrução fica comprometida, se nesse processo a ocorrência de novos desastres não é considerada. Em Teresópolis/RJ, em consulta aos dados disponíveis até 2016 no S2ID houve registros, após a catástrofe de 2011, de eventos de deslizamentos e/ou inundações em abril de 2012, novembro de 2012 e janeiro de 2013; já em Nova Friburgo/RJ, outro evento em novembro de 2012. Em Ilhota/SC, 10 registros, sendo dois em 2009 (julho e setembro), três em 2010 (janeiro, fevereiro e abril), três em 2011 (janeiro, agosto e setembro), um em setembro de 2013 e um em dezembro de 2014. Em Blumenau/SC, seis registros, sendo um em novembro de 2009, um em abril de 2010, três em 2011 (janeiro, março e setembro) e um em setembro de 2013. Em São Luiz do Paraitinga/SP, não foram localizados novos registros (BRASIL, 2016).

Estratégias para implementação de políticas públicas de reconstrução e recuperação em desastres

A fase de reconstrução em desastres envolve, além desse diagnóstico situacional da presença e perfil da população idosa, o conhecimento de outros serviços públicos e privados de resposta governamental. Esses serviços e equipamentos podem ser específicos para essa geração ou transversais entre outras pastas e setores. Quanto maior a capacidade instalada do município em ofertar respostas, menor o impacto dos desastres e mais eficientes as suas ações no campo da reconstrução (MDR, 2021), isto é, espera-se que o grau de cronicidade seja menor. A presente seção discute algumas das alternativas para aperfeiçoamento das políticas públicas de reconstrução e recuperação em desastres, com vistas a reduzir as cronicidades relatadas.

É fato que no SUAS os serviços dirigidos para a população idosa estão focados no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), ofertado nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e em Centros de Convivência e/ou de Referência do Idoso, todos equipamentos da Proteção Social Básica (PSB). Para os idosos com alguma dificuldade de locomoção, por exemplo, ainda estão previstas visitas domiciliares, como o denominado Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos. Os serviços oferecidos pela PSB são prestados diretamente nos CRASs, equipamentos públicos e de atuação direta, mas em alguns casos podem ser ofertados por entidades conveniadas. Esses são exemplos de serviços que necessitam ser fortalecidos nos municípios estudados, podendo ser espaços de acolhimento das demandas relacionadas à afetação nos desastres e articulação da demanda junto aos demais setores.

Em comparação às primeiras inserções em campo, em Teresópolis/RJ, por exemplo, a implementação da Atenção à saúde da pessoa idosa começou a ganhar força nos últimos anos. Não apenas a saúde, mas atualmente, com a reativação do Conselho Municipal da Pessoa Idosa, o município estuda a criação do Fundo Municipal do Idoso e adesão ao Programa Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa. Esse caminho também foi apontado nas entrevistas em Nova Friburgo/RJ como uma estratégia de fortalecer as ações de promoção de qualidade de vida ao segmento, independente das mudanças constantes de gestão, que influenciam no andamento das políticas públicas à população.

Um dos mecanismos específicos que podem e devem ser fortalecidos são os Conselhos Municipais de Direitos dos Idosos. Os conselhos, enquanto instâncias de deliberação e decisão, avaliam e chancelam recursos oriundos dos fundos específicos. Esse acionamento pode ser de caráter preventivo, estimando dotações para a população idosa em serviços e benefícios de autocuidado e auto salvamento, por exemplo, assim como acionados emergencialmente, nas fases de resposta e reconstrução, permitindo e chancelando a recondução do uso dos recursos provisionados.

Os conselhos de direitos não têm relação direta com o porte do município, mas com a estrutura da rede de proteção no território. Em consulta ao portal SEDS SP⁵ e Participa Mais Brasil⁶, notou-se que São Luiz do Paraitinga (pequeno porte I) e Blumenau (grande porte), possuem o conselho, mas Teresópolis e Nova Friburgo (ambos de grande porte) ainda não, embora nas inserções de campo os dois já tivessem reuniões de modo não frequente; Ilhota (pequeno porte I) possui conselho ativo, mesmo sem lei de criação ou fundo instituídos. Entretanto, em pesquisa de campo, com exceção de Blumenau/SC, os municípios enfrentavam dificuldade em formar quórum para as reuniões e atividades do conselho.

Assim como os conselhos de direitos, outros órgãos e instituições, podem e devem ser considerados no mapeamento local como pontos estratégicos para implementação dos Planos de Contingência, para a reparação do espaço afetado por um desastre, mas, sobretudo, por indicar a qualidade sócio-organizacional do local em questão. Na perspectiva do SUAS, entende-se que a oferta de serviços de proteção social no território, da rede pública ou privada, indica a musculatura social presente nos territórios em relação às respostas objetivas já instaladas, porque “demonstra maior complexidade disposta no tecido social e, por conseguinte, em responder às situações de calamidade pública e sanitária como a pandemia da Covid-19” (PLATAFORMA Covid-19/PB, 2021).

Nessa direção, e reiterada a importância dos equipamentos disponíveis no território, firma-se a relevância dos instrumentos que permitam mapear os serviços disponíveis no território, com dados geocodificados para apoio e complementação dos Planos de Contingência frente aos desastres, bem como para fortalecimento da convivência e resiliência social. Dentre os instrumentos, destacamos na Figura 1, um exemplo gratuito e de simples manejo, disponível no âmbito do SUAS, a fim de planejar as políticas

5 Ver mais em:
<https://portal.seds.sp.gov.br/cei/municipios>

6 Ver mais em:
<https://www.gov.br/participa-mais-brasil/painel-de-informacoes>

de cidadania no território. Essa convergência de políticas do SUAS, SUS e defesa civil, no território, poderia ser um instrumento para aperfeiçoar a implementação de políticas públicas de reconstrução e recuperação em desastres, reduzindo as dimensões materiais e imateriais de afetação, tal como discutido para as especificidades dos(as) idosos(as) e das instituições que lidam com este grupo social. Neste tipo de plataforma (Figura 1) poder-se-ia, por exemplo, incluir a localização dos Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil (NUPDECs), importantes para ações de gestão de riscos e de desastres, um tipo de serviço que ainda carece de melhor estruturação a exemplo do que ocorre no SUAS e SUS.

Considerações finais

Os resultados de pesquisa aqui apresentados nos levam a refletir sobre as distintas condições de como se reconstrói e se recupera em um país com recorrência e cronicidade de desastres, que é, ao mesmo tempo, cada vez mais longo, com ausência de articulação das políticas públicas e rede de serviços para além da fase de resposta a desastres, em especial a grupos que internacionalmente são reconhecidos como mais vulneráveis a óbito e adoecimento nos desastres, como os idosos.

A disposição e oferta de serviços no âmbito do SUAS e SUS (como os equipamentos listados no MOPS, vide Figura 1) é insuficiente para traçar um panorama de resposta a desastres, mas dispõem de forte potencial, sobretudo, pela relação com a comunidade, atuação no campo e conhecimento das famílias mais vulneráveis pela sua condição social e de saúde, o que inclui ou pode ser sobrepor, áreas de risco e suscetíveis a ocorrência de desastres.

Nesse sentido, é urgente incluir capacitações dirigidas para promoção da auto segurança das famílias e profissionais que atuam nos municípios, junto à população, para atuar na gestão de riscos e de desastres. Realizar estudos aprofundados e interdisciplinares sobre a afetação e recuperação nos desastres, auxilia para formação de uma visão mais ampliada das intersecções interinstitucionais e de saber que podem ser de grande valia para aumentar a resiliência social e ofertar melhores condições de resposta nas fases de reparação e reconstrução em contextos de desastres.

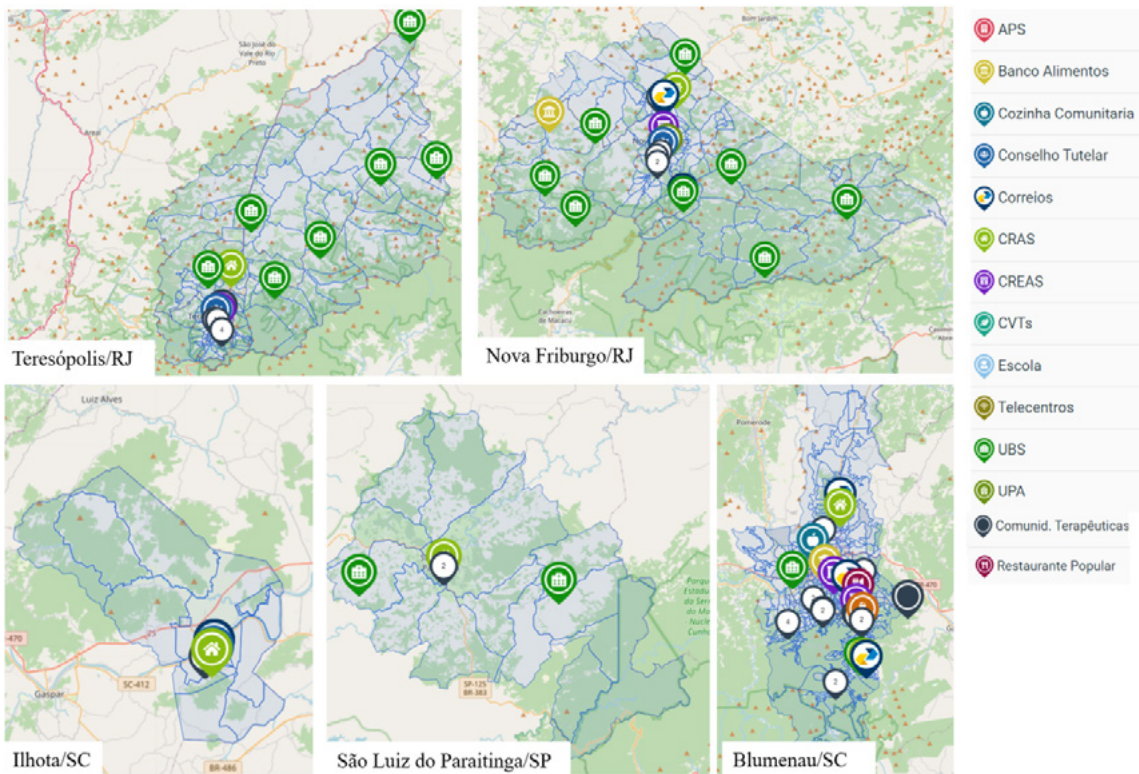


Figura 1 - Mapa Estratégico para Políticas de Cidadania (MOPS) de cinco municípios com histórico de desastres. Fonte: MOPS, 2022.

Referências

- BRASIL. *Censo Suas, 2017. Análise dos componentes sistêmicos da Política Nacional 2017 de Assistência Social*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social, 2018.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. *Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil. Diagnóstico de capacidades e necessidades municipais em proteção e defesa civil [livro eletrônico]: Brasil*. Victor Marchezini (Coord.). Brasília/DF, 2021.
- BRASIL. *Sistema Integrado de Informações sobre Desastres - S2ID*. 2016. Disponível em: <<https://s2id.mi.gov.br/paginas/series/>>. Acesso em: 11 de abril de 2022.
- BRITO, J.R., I et al. *Utilização de regressão multivariada na determinação do perfil da população afetada por desastres, XXVI ANPET - Congresso de Pesquisa e Ensino em Transportes, Joinville/SC, 2012*.
- CASTELLANOS, M.E.P. et al. *Cronicidade: experiência de adoecimento e cuidado sob a ótica das ciências sociais*. Fortaleza: EdUECE, 2015.
- CORREIO BRAZILIENSE. *Neta morre soterrada em Petrópolis 50 anos depois de a avó morrer da mesma forma*. Reportagem de 18/02/2022. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2022/02/4986401-neta-morre-soterrada-em-petropolis-50-anos-depois-de-a-avo-morrer-da-mesma-forma.html>>. Acesso em: 28 de fevereiro de 2022.
- CORTÉS, G.V. *Devastación y éxodo: memoria de seminarios sobre reubicaciones por desastres en México*. Ciudad de México: CIESAS, 2009.
- COSTA, R.S. et al. *Rede de apoio familiar ao idoso vítima de desastre ambiental*. Anais... IV Programa de Estudos “População, Ambiente e Desenvolvimento: Segurança Humana em contextos de desastres”, 2012.
- CUNHA, E. *Os sertões: campanha de Canudos*. São Paulo: Penguin Classis/ Companhia das Letras, 2019.
- DOSTAL, P.J. *Vulnerability of Urban Homebound Older Adults in Disasters: A Survey of Evacuation Preparedness*. *Disaster Med Public Health Prep.*, v. 9, n.3, p. 301-6, 2015.
- G1. *Chuva em Petrópolis: veja quem são os 20 desaparecidos*. Reportagem de 17/02/2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/regiao-serrana/noticia/2022/02/17/catastrofe-em-petropolis-veja-quem-sao-os-desaparecidos.ghtml>>. Acesso em: 28 de fevereiro de 2022.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Censo Populacional*. 2010. Disponível em:<<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 05 de novembro de 2021.
- LOKE, A.Y.; LAI, C.K.; FUNG, O.W. *At-home disaster preparedness of elderly people in Hong Kong*. *GeriatrGerontol Int*, v. 12, n. 3, p. 524-31, 2012.
- MACÍAS, J.M. *Investigación evaluativa de reubicaciones humanas por desastres en México*. Ciudad de México: CIESAS, 2009.
- MILANEZ, B.; LOSEKANN, C. *Desastre no Vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição*. Rio de Janeiro: Folio-Digital Letras e Imagem, 2016.
- MINISTÉRIO DA CIDADANIA. *Mapas Estratégicos para Políticas de Cidadania (MOPS)*. Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/mops/index.php?e=1>>. Acesso em: 28 de fevereiro de 2022
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL (MDR). *GIRD+10: caderno técnico de gestão integrada de riscos e desastres*. Brasília: SEDEC, 2021

OLIVER-SMITH, A. *Reconstrucción después del desastre: una visión general de secuelas y problemas*. In: LAVELL, A. (Org.). *Al Norte del Rio Grande. Cidade do Panamá: Red de Estudios Sociales en Prevención de Desastres en América Latina*, 1994, p.25-40.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. *Direitos Humanos das Mulheres*. 2018. Disponível em: <Position-Paper-Direitos-Humanos-das-Mulheres.pdf>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2022.

PLATAFORMA COVID-19 Paraíba/IPSA: *Índice de Proteção Social Ampliada. Nota Técnica n.1. NE-PPS – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Sociais. PPGSS/UFPB. Setembro, 2021. Disponível em: <https://plataformaph.github.io/indicador-panel/>Acesso em: 21 de fevereiro de 2022.*

RIANELLI, E. *TV Globo. Bombeiros acham corpos de avó e neta no Morro da Oficina, em Petrópolis. Reportagem de 22/02/2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/regiao-serrana/noticia/2022/02/22/bombeiros-acham-corpos-de-avo-e-neta-no-morro-da-oficina-em-petropolis.ghtml>. Acesso em: 28 de fevereiro de 2022.*

SANTOS, A. B. et al. *A catástrofe de 1967*. In: CAMPOS, J. F. (Ed.). *Santo Antônio de Caraguatatuba: memórias e tradições de um povo*. Caraguatatuba: Fundacc, 2000.

SANTOS, D. M. *Os sentidos da patrimonialização no processo de reconstrução de São Luiz do Paraitinga*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Humano). Universidade de Taubaté, 2016.

SANTOS, J.R.C.C. *A cultura como protagonista do processo de reconstrução da cidade de São Luiz do Paraitinga/SP*. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SARTORI, J. *Como esquecer? Memórias de um desastre vivenciado*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Engenharia Ambiental) Universidade de São Paulo, 2015.

SIENA, M. *A Atenção Social nos Desastres: uma análise sociológica das diversas concepções de atendimento aos grupos sociais afetados*. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

SILVA, R. A. C. *Águas de novembro: estudo antropológico sobre memória e vitimização de grupos sociais citadinos e ação da Defesa Civil na experiência de calamidade pública por desastre ambiental (Blumenau, Brasil)*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

VALENCIO, N., VALENCIO, A. *Cobertura jornalística sobre desastres no Brasil: dimensões sociopolíticas marginalizadas no debate público*. *Anuario Electrónico de Estudios en Comunicación Social “Disertaciones”*, v. 10, n. 2, p. 165-186, 2017.

VARGAS, D. *Da chuva atípica à falta de todo mundo: a luta pela classificação de um desastre no município de Teresópolis/RJ*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

VIEIRA JÚNIOR, I. *Torto Arado*. São Paulo: Todavia, 2018.

ZHOURI, A. et al. *O desastre da Samarco e a política das afetações: classificações e ações que produzem o sofrimento social*. *Ciência e Cultura, Campinas*, v. 68, n. 3, p. 36-40, 2016.

